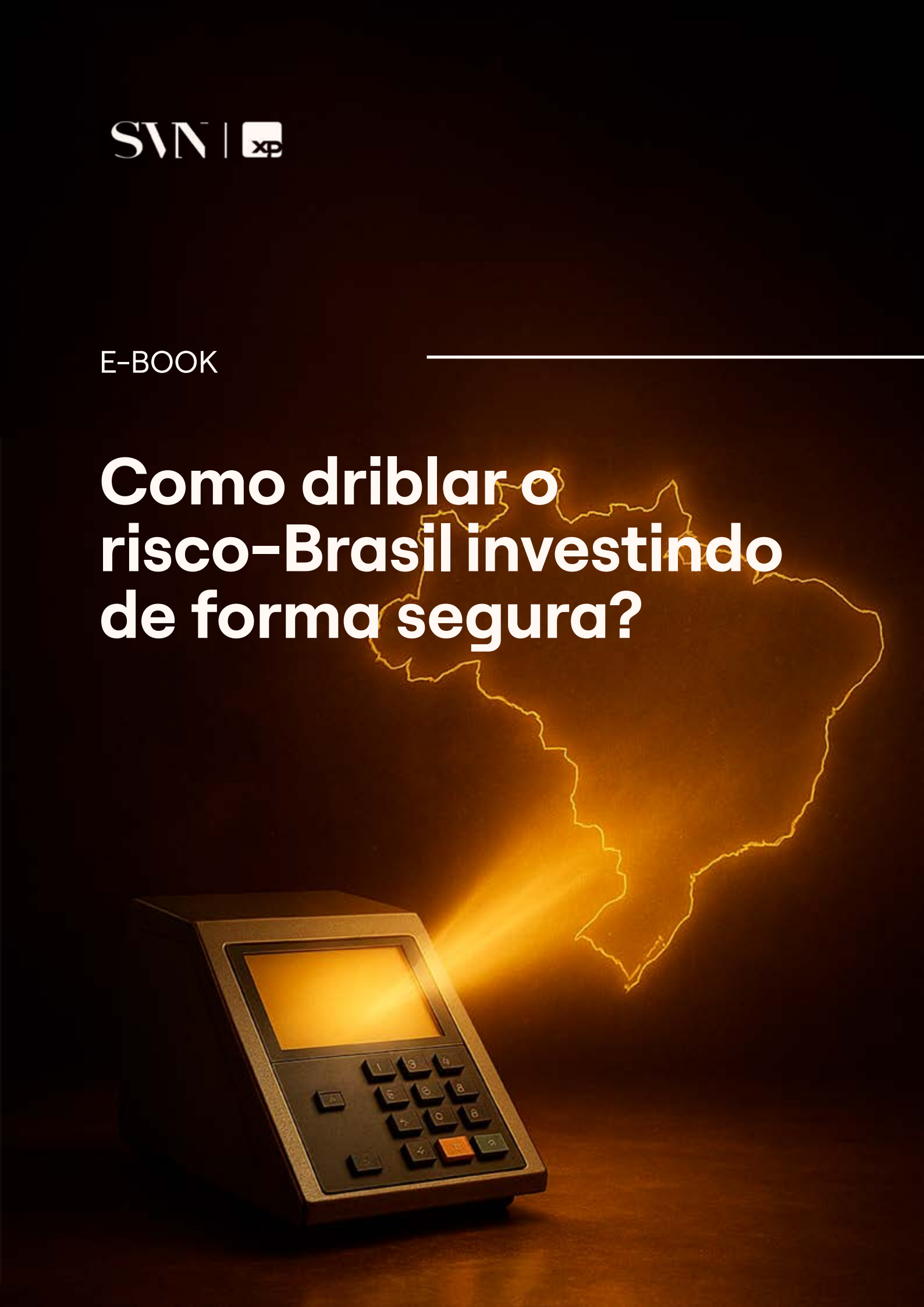
SVN | xp

E-BOOK

Como driblar o risco-Brasil investindo de forma segura?



Introdução

A “questão fiscal” se refere à situação das contas públicas do Brasil, que têm apresentado dificuldades de equilíbrio, com um crescimento da arrecadação mas também um aumento das despesas.

Dessa maneira, o mercado observa evolução do arcabouço fiscal - novo conjunto de regras que baliza os gastos públicos - e o impacto das políticas de gastos e o risco de déficit público. Para conter esse cenário, o Brasil precisará de reformas e ajustes que evitem a elevação da inflação e dos juros, garantindo um crescimento sustentável.

Esse deve ser um tema central nas Eleições 2026, uma vez que independente da posição política do próximo presidente, a questão fiscal terá de ser encarada de frente durante o governo para manter a estabilidade da nossa economia.

Neste material, vamos abordar as consequências de um agravamento no descompasso das contas públicas para os investidores e alternativas para proteger o patrimônio do período de incertezas em meio às eleições de 2026.

Índice

- O que é a questão fiscal?
- Por que a Eleição 2026 é tão importante?
- Impacto da ‘questão fiscal’ nos investimentos
- Onde investir para mitigar o risco-brasil
- Como investir lá fora com segurança
- O papel da assessoria na proteção do patrimônio

O que é a questão fiscal?

O Brasil está batendo recordes de arrecadação. No primeiro semestre deste ano a arrecadação de impostos cresceu 5% acima da inflação. No ano passado, o crescimento foi de 10 %. Na prática, nunca arrecadamos tanto, embora no fim, as contas do governo ainda fecham no vermelho, pois os gastos são maiores que a receita.

Não é um problema de hoje. Em 2023, para tentar organizar as contas públicas, o Congresso aprovou um novo arcabouço fiscal - conjunto de regras proposto e aprovado para orientar os gastos públicos. A medida inclui um sistema de metas e gatilhos para controlar o crescimento das despesas e, em tese, levar os cofres federais para um patamar sustentável de gastos.

A diretriz estabelece que as despesas podem crescer no máximo 70% do crescimento real das receitas do ano anterior. À época, a meta era zerar o déficit fiscal em 2024 e alcançar o superávit primário em 2025 e 2026.

A medida ajudou, mas não sanou o problema. As contas do governo registraram déficit primário de R$ 43 bilhões em 2024, o que indica uma melhora - pois houve queda de 81% no resultado negativo registrado em 2023.

Neste ano, o déficit primário projetado para 2025 é de aproximadamente R$ 30,2 bilhões. A meta fiscal original era de déficit zero, com uma tolerância de até 0,25% do PIB, que equivale a cerca de R$ 31 bilhões, o que estaria próximo à projeção. No entanto, quando o pagamento de precatórios entra na projeção, o déficit pode chegar a R$ 75 bilhões.

Não é um cenário confortável, e quando especialistas olham para os próximos anos, apontam preocupação. Especialistas da XP apontam, em relatório, que “pressões de despesas devem impor bloqueio adicional, e o

arcabouço pode não cumprir o seu papel de estabilizar as contas públicas nos próximos anos". A avaliação é compartilhada por profissionais do mercado.

"Esse arcabouço é pouco factível com as regras de gastos que temos no Brasil hoje. Ele foi feito de maneira que todos sabiam que não ia se sustentar. Mas o mercado deu o benefício da dúvida", avalia Solange Srour, head de Macroeconomia do Brasil do UBS. "Vamos precisar de uma mudança estrutural para colocar a questão fiscal nos trilhos", complementa.

Por que a Eleição 2026 é tão importante?

Governar é, sobretudo, administrar um orçamento. Trata-se de alocar recursos: colocar dinheiro aqui, retirar dali. "O desafio de 2027 é muito grande. Quem ganhar a eleição deve começar a revisar toda a estrutura de gastos que temos hoje, porque não é uma reforma só que vai fazer diferença", diz Solange.

No painel "Política Fiscal em debate: Desafios e caminhos para o Brasil", que aconteceu na Expert XP 2025, os economistas destacaram que o desafio fiscal vai muito além do curto prazo.

Como hoje 90% do orçamento público é formado por despesas obrigatórias (previdência, funcionalismo e benefícios), reequilibrar as contas demandaria um conjunto de reformas estruturais.

Diante do cenário, especialistas apontam que a questão principal, neste momento, deve ser centrada na criação de um novo arcabouço fiscal sustentável no longo prazo que garanta a estabilização da dívida pública, não em encontrar soluções de curto prazo para atingir as metas estabelecidas para 2025 e 2026.

Nesse contexto, a dinâmica da dívida traz um cenário binário, com dois caminhos de ação:

1- A manutenção da política econômica atual, focada em ajustes de curto prazo por meio da elevação de receitas, que pode contribuir para a retomada da inflação e manutenção de juros altos.

2-Alternância de política econômica, com reformas estruturais que permitam a retomada do equilíbrio entre política fiscal e monetária.

Impacto da ‘questão fiscal’ nos investimentos

O déficit fiscal (quando o governo gasta mais do que arrecada) pode ter várias ramificações na economia, sendo que um dos principais impactos é o aumento da dívida pública, já que o governo muitas vezes recorre a empréstimos para cobrir o buraco das contas. O aumento da dívida pode levar a custos crescentes de serviço da dívida, reduzindo a flexibilidade do governo para implementar políticas econômicas.

Além disso, o déficit fiscal pode gerar preocupações sobre a sustentabilidade das finanças públicas, afetando a confiança dos investidores e, consequentemente, o investimento privado. Se os investidores temem que o governo não conseguirá controlar suas finanças, podem demandar prêmios de risco mais elevados, aumentando os custos de empréstimos tanto para o governo quanto para o setor privado.

Na prática, podemos listar alguns cenários:

1. O efeito direto: juros mais altos

Quando o governo opera com déficit, ele precisa se financiar — e o instrumento clássico é emitir títulos públicos.

> Mais títulos = mais oferta de dívida. Para atrair compradores, o Tesouro precisa pagar juros mais altos.

Isso eleva a taxa básica de juros (Selic) ou, ao menos, as taxas de longo prazo nos mercados secundários.

> **Impacto:**
> - Renda fixa se torna mais atrativa.
> - Bolsa tende a perder fôlego, já que o custo de oportunidade sobe.
> - Financiamentos e crédito ficam mais caros, reduzindo o investimento produtivo.

2. Inflação e perda de credibilidade

Déficits persistentes podem minar a confiança na capacidade do governo de honrar dívidas. Se investidores percebem risco fiscal, o prêmio exigido sobe — e a moeda enfraquece. Câmbio pressionado + expectativas ruins = inflação futura.

> **Impacto:**
> - Inflação corrói retornos reais.
> - Investidores buscam ativos indexados (IPCA+, dólar, ouro).
> - Fuga de capitais pode ocorrer, pressionando ainda mais o câmbio, o que desvaloriza o real.

3. Risco-país e investimento estrangeiro

Agências de rating observam as contas públicas como um médico olha o colesterol: sinais de desequilíbrio derrubam a nota de crédito soberano. Um downgrade encarece o custo de captação externa, tanto para o governo quanto para as empresas.

Impacto:
- Menor fluxo de capital estrangeiro (o que tende a impactar a nossa Bolsa, cujo cerca de 40% do volume é movimentado por estrangeiros).
- Dólar sobe, ativos locais desvalorizam.
- Multinacionais repensam planos de investimento no país.

4. Efeito bola de neve

Déficits recorrentes aumentam a dívida pública. Com mais dívida, cresce a despesa com juros, o que agrava ainda mais o déficit: um círculo vicioso digno de tragédia grega.

Impacto:
- Menos espaço para políticas públicas e investimento estatal.
- Expectativas de ajuste fiscal, com corte de gastos e aumento de impostos, reduz apetite por risco.
- Para investimentos no curto prazo pode aumentar a volatilidade; no longo pode diminuir as oportunidades de aportes.

Onde investir para mitigar o risco-brasil

Para o investidor que inclui a variável de problemas com o déficit fiscal na estratégia, o caminho é um só: reposicionar os ativos em busca de proteção e, ao mesmo tempo, elevar a diversificação na carteira. Nesse cenário, existem alguns ativos que servem como escudo. Listamos, abaixo, alguns caminhos de proteção, de acordo com especialistas da XP.

1 - Elevar a exposição a Renda Fixa pós-fixada: tipo de investimento cuja rentabilidade está atrelada a um índice de referência variável, como a taxa Selic ou o CDI. Na prática, o rendimento só é conhecido no momento do resgate.

Diferente da renda fixa prefixada, em que o investidor sabe de antemão quanto vai receber, a pós-fixada acompanha a oscilação dos juros da economia: se a taxa básica sobe, o retorno aumenta; se cai, o ganho diminui. É uma modalidade que protege o poder de compra em cenários de alta de juros e costuma ser escolhida por quem busca segurança com rentabilidade atrelada ao movimento do mercado.

2 - Elevar a exposição a Renda Fixa inflação de curta e média duração: renda fixa atrelada à inflação de curta e média duração reúne títulos cuja rentabilidade combina uma taxa fixa mais a variação do IPCA, com prazos que geralmente vão de 1 a 5 anos.

Esses papéis — como Tesouro IPCA+ com vencimentos curtos — oferecem proteção contra a perda do poder de compra e são menos sensíveis às oscilações de juros do que os títulos longos, o que reduz o risco de marcação a mercado. Em essência, funcionam como uma forma de preservar o valor real do dinheiro no curto prazo, garantindo rentabilidade acima da inflação mesmo em períodos de volatilidade econômica.

3 - Avaliar opções de investimentos internacionais e dolarizados: aplicações feitas fora do Brasil ou em ativos atrelados ao dólar, com o objetivo de diversificar o portfólio e proteger o patrimônio contra oscilações da economia e da moeda local.

Ao investir em ações estrangeiras, fundos globais, ETFs, títulos do Tesouro americano ou ativos dolarizados negociados aqui — como BDRs e fundos cambiais — o investidor reduz sua exposição ao chamado "risco-Brasil" e aproveita oportunidades em mercados mais estáveis e inovadores, como o dos Estados Unidos. Na prática, é uma forma de blindar o poder de compra e participar do crescimento de economias fortes, em uma moeda de reserva global.

Como investir lá fora com segurança

Como vimos acima, avaliar opções de investimentos internacionais e dolarizados é uma das opções para proteger o patrimônio das incertezas do Brasil no ano eleitoral de 2026.

Nesse contexto, listamos 4 maneiras seguras de acessar o mercado externo com segurança e sem sair do Brasil.

1- BDRs (Brazilian Depositary Receipts)

Há diversas maneiras de investir lá fora. Uma delas é a compra de BDRs (Brazilian Depositary Receipts). Esses ativos permitem que o investidor brasileiro acesse ações de empresas globais, como Apple, Microsoft, ou Tesla, diretamente pela B3, sem precisar abrir conta no exterior ou lidar com câmbio.

Entre as principais vantagens estão a diversificação internacional da carteira, a exposição ao dólar (que ajuda a proteger o patrimônio em momentos de desvalorização do real) e a liquidez local, já que os BDRs podem ser comprados e vendidos como qualquer ação brasileira.

Além disso, adquirir BDRs significa participar do desempenho de setores inovadores e de tecnologia, que são escassos entre as opções nacionais.

Abaixo, listamos as 10 BDRs mais negociadas no 1º semestre na B3. Até 3 de outubro, a BDR do Inter & Co (INBR32), companhia controladora do Grupo Inter, acumulava a maior alta do ano entre as BDRs mais negociadas na Bolsa, com avanço de 87,38%. Em segundo lugar, figura a holding que controla o Nubank (ROXO34) com avanço de 24,8%.

BDRs mais negociadas no 1° semestre de 2025			
Empresa	**Código**	**Volume médio diário***	**Retorno ****
Tesla, Inc	TSLA34	138.352	-6,30%
Nvidia Corp	NVDC34	132.264	14,96%
Inter & Co, Inc.	INBR32	77.833	87,38%
Xp Inc.	XPBR31	50.930	29,93
Mercado Libre	MELI34	42.358	6,18%
Nu Holdings Ltd.	ROXO34	29.885	24,86%
Microstrategy Inc	M2ST34	28.108	1,41%
Amazon.Com, Inc	AMZO34	22.113	-15,02%
Microsoft Corp	MSFT34	19.270	5,73%

Fonte: B3 e Mais Retorno; * em milhares ** dados até 3 de outubro

2- Fundos de investimento internacionais

São uma das formas mais acessíveis e seguras de diversificar o portfólio fora do Brasil. Geridos por gestoras locais autorizadas pela CVM, o xerife do nosso mercado, esses fundos aplicam em ações, títulos públicos, ETFs e outros ativos estrangeiros, permitindo que o investidor tenha exposição global sem precisar enviar recursos diretamente ao exterior.

Além da praticidade, oferecem gestão profissional, liquidez e transparência regulatória, com relatórios padronizados e tributação já adaptada às regras brasileiras. Na prática, funcionam como uma porta de entrada eficiente para o mercado internacional, equilibrando segurança, conveniência e diversificação em moedas fortes, como o dólar e o euro.

3- Fundos cambiais e títulos dolarizados

São opções práticas para quem busca proteger o patrimônio da desvalorização do real sem precisar enviar recursos ao exterior. Esses investimentos acompanham a variação do dólar americano — seja diretamente, no caso dos fundos cambiais, seja por meio de títulos públicos ou privados emitidos em dólar, no caso dos papéis dolarizados.

Por estarem disponíveis em reais e sob a regulação da CVM, oferecem liquidez, segurança jurídica e facilidade de acesso, sendo ideais para compor uma estratégia de diversificação internacional que mitiga riscos cambiais e amplia o potencial de retorno em períodos de instabilidade econômica.

4- Caminho para abrir uma conta internacional

Abrir uma conta internacional é um processo simples e, na XP, 100% digital. Quem investe pode acessar diretamente os mercados globais, como Estados Unidos e Europa, com segurança e praticidade.

Clientes SVN/XP podem solicitar ajuda do assessor de investimentos para fazer o processo direto pelo app ou site. A conta é aberta em parceria com o Banco XP Private e a plataforma Charles Schwab, uma das maiores corretoras do mundo.

O investidor passa a ter acesso a ações, ETFs, títulos e fundos internacionais, além de poder manter saldo em dólar, diversificando seu patrimônio fora do Brasil. Todo o processo é regulado e supervisionado, garantindo proteção jurídica e transparência, com o suporte de assessores que falam português para cada etapa da operação.

O papel da assessoria na proteção do patrimônio

Em períodos de instabilidade política e econômica, como o que antecede as Eleições de 2026, proteger o patrimônio exige mais do que boas intenções, pois requer estratégia, disciplina e, sobretudo, orientação profissional.

O investidor que tenta navegar sozinho por esse cenário, sem apoio técnico, corre o risco de tomar decisões baseadas em ruído, e não em dados. É aí que entra a assessoria de investimentos: o elo entre o investidor e as melhores oportunidades, com visão de longo prazo e controle de riscos.

A assessoria atua como um radar identificando mudanças no cenário fiscal, na política monetária e nas condições de mercado que possam afetar os investimentos. Aqui vale destacar que em períodos de incerteza, investidores costumam tomar decisões com forte viés emocional. Nesses momentos, o assessor traz de volta o racional, o que reflete em movimentos mais assertivos na carteira.

Em casos como esse, o assessor ajuda o investidor a equilibrar a carteira entre ativos locais e internacionais, definir o peso ideal de Renda Fixa, fundos, ações e alternativas dolarizadas, e ajustar posições conforme o apetite de risco e o horizonte financeiro de cada cliente.

Além disso, o assessor tem acesso a análises de economistas e estrategistas de mercado, traduzindo cenários complexos como possíveis impactos de um novo governo sobre juros, inflação e câmbio em recomendações práticas. O resultado é um portfólio mais robusto, que resiste a oscilações políticas e mantém coerência com o objetivo maior: preservar e multiplicar o patrimônio no longo prazo.

* DISCLAIMER

Este material tem caráter exclusivamente educativo e informativo. Seu objetivo é apresentar conceitos e estratégias para proteção patrimonial em cenários de incerteza econômica e política, sem configurar oferta, recomendação ou solicitação de compra ou venda de produtos financeiros. Rentabilidade passada não garante rentabilidade futura. Antes de investir, avalie seu perfil de risco e busque orientação de um assessor de investimentos para definir as melhores alternativas de acordo com seus objetivos e momento de vida.